



DANIEL CARON/DPE-PR

Quiz aborda voto, IA, cotas e desinformação para jovens eleitores

TRE-PR e Defensoria Pública do PR lançam o jogo Desafio Jovem Eleitor

A Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR) e o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) lançaram o jogo digital O Desafio Jovem Eleitor, voltado a pessoas que votarão pela primeira vez no domingo (4/10). Em formato de quiz, a ferramenta reúne perguntas e respostas sobre o sistema de votação, inteligência artificial (IA), desinformação e cotas. O conteúdo também apresenta informações sobre direitos e indica fontes seguras para consulta. O acesso é gratuito e pode ser feito pela internet. A iniciativa foi desenvolvida pelo Núcleo da Infância e Juventude, pela Diretoria de Comunicação e pela Escola da DPE-PR, junto à Escola Judiciária Eleitoral do Paraná (EJE-PR). O jogo integra um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado neste ano entre a Defensoria e o TRE-PR para produzir materiais de orientação sobre o processo eleitoral e cidadania, com foco no público infantojuvenil.

UFSC criará observatório de economia espacial

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) recebeu R\$ 4,9 milhões da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc) para criar o Observatório da Economia Espacial Catarinense (Oesc). Coordenado por Eduardo Augusto Bezerra, do Laboratório de Pesquisa em Sistemas Espaciais (SpaceLab/UFSC), o projeto terá execução em 26 meses. O SpaceLab abriu seleção para 41 bolsas, com valores de R\$ 984,82 a R\$ 5.200. As inscrições vão até 30 de setembro de 2026, às 23h59.

DIVULGAÇÃO/UFSC



Universidade abriu seleção para 41 bolsas do observatório

39,1 mil pessoas afetadas pelas chuvas no RS

O Rio Grande do Sul registrou 83 ocorrências em 78 municípios após condições meteorológicas adversas, granizo, vendavais e corridas de massa desde sexta-feira (25). Segundo a Defesa Civil, 39,1 mil pessoas foram afetadas e 4,9 mil residências tiveram danos. Há quatro feridos, 6 mil desalojados e 63 desabrigados. Não foram registrados óbitos ou desaparecidos. Santiago lidera em pessoas atingidas, enquanto Santiago e Santana do Livramento concentram mais danos materiais. O balanço foi atualizado às 18h da última segunda-feira (28).

TCE-SC aponta irregularidades em Palhoça

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) identificou irregularidades na gestão de pessoal da prefeitura de Palhoça (SC) e determinou medidas corretivas em até 180 dias. O TCE apontou honorários sucumbenciais sem critérios de distribuição, excesso de contratos temporários e cargos comissionados, horas extras habituais, concessão irregular de adicional de insalubridade e pendências na Ouvidoria.

Nova unidade de saúde

A prefeitura de Porto Alegre (RS) entrega hoje (30) a nova Unidade de Saúde Santo Alfredo. Com 560 m² e investimento de R\$ 2,9 milhões, o local terá três equipes de Saúde da Família e duas de Saúde Bucal. A unidade oferecerá consultas, vacinação e acompanhamento de condições crônicas, além de ações de prevenção e cuidados básicos.

Educando cidadãos

Lages (SC) implantará hoje (30) as ações do Programa Educando Cidadãos, do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). Durante o VII Seminário de Educação Fiscal, será criado o Dia Municipal de Combate à Corrupção, celebrado em 27 de agosto, e regulamentado o Programa Municipal de Educação Fiscal para a Cidadania.

Disque-eleitor

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) atenderá em regime de plantão no próximo sábado (3), das 9h às 17h, e no domingo (4), das 7h às 18h. De segunda (28) a sexta-feira (2), o serviço funciona das 9h às 18h. Gratuito, o Disque-eleitor orienta sobre as eleições em todos os municípios do estado. Também há atendimento pelo WhatsApp.

Novo campus da UFRGS

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) avançou na compra do Edifício Sofia, em Caxias do Sul (RS), para instalar o novo Campus Serra. Segundo a UFRGS, as etapas técnicas foram concluídas. A aquisição depende agora de parecer da Procuradoria Federal junto à UFRGS e da liberação de orçamento pelo Ministério da Educação (MEC).

53 anos de prisão

O padrasto de uma menina de um ano e três meses foi condenado a 53 anos, cinco meses e dez dias de prisão pela morte da criança, em Concórdia (SC). O julgamento ocorreu nesta semana. A mãe foi condenada por omissão culposa a dois anos e quatro meses de reclusão e a quatro anos, cinco meses e dez dias de detenção, além de multa.

Suposto relacionamento

A 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) manteve a condenação de uma mulher por extorsão em Pato Branco (PR). Segundo o acórdão, ela usou a ameaça de divulgar um suposto relacionamento homoafetivo para exigir dinheiro. Após não receber o valor, publicou montagens e mensagens em grupos, expondo a vítima.



Um relatório de 2023 pedia reparos no Sistema de Proteção Contra Cheias

Justiça condena Porto Alegre a indenizar pelas cheias de 2024

A ação civil movida pelo MPRS pediu R\$ 50 milhões por danos morais coletivos

A Justiça do Rio Grande do Sul julgou procedente a ação civil pública do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) contra o Município de Porto Alegre pela inundação de abril e maio de 2024.

A decisão condena a prefeitura a pagar R\$ 50 milhões por danos morais coletivos e reconhece o direito de moradores, trabalhadores e empresários de 19 bairros a buscar reparação por prejuízos materiais e morais individuais.

Na sentença, o juiz Mauro Evely Vieira de Borba apontou a omissão municipal na prevenção da cheia e na manutenção do sistema de proteção. O texto afirma ainda que a prefeitura permitiu a ocupação de áreas protegidas, criando dependência da população em relação a diques, comportas e estações de bombeamento.

A decisão cita um processo do Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), de novembro de 2023, que alertava para reparos urgentes no Sistema de Proteção Contra Cheias. O documento apontava que a cidade poderia ficar desprotegida caso o nível do Guaíba subisse, comprometendo a função do dique do Muro da Mauá.

O magistrado rejeitou o argumento de força maior.

Registros de cheias em 2020 e 2023, além de previsões meteorológicas sobre 2024, indicavam a possibilidade de novos alagamentos.

A indenização coletiva será destinada ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados do Estado do Rio Grande do Sul ou a um fundo específico. O dinheiro será aplicado em obras de adaptação climática, como parques lineares e fluviais, jardins de chuva e corredores ecológicos.

A aplicação ficará sob fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental.

BAIRROS AFETADOS

A sentença prevê reparação individual para pessoas e empresas dos 19 bairros abrangidos pelo sistema, desde que comprovem danos causados pela inundação.

A lista inclui Humaitá, São Geraldo, Navegantes, Anchieta, Praia de Belas, Floresta, Farrapos, Santa Maria Goretti, Menino Deus, Cidade Baixa, São João, Centro Histórico, Sarrandi, Jardim São Pedro, Jardim Floresta, Azenha, Cristal, Santa Rosa de Lima e Santa Tereza. Os valores serão calculados em processos individuais ou coletivos, conforme os prejuízos comprovados.